



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**CÂMARA MUNICIPAL**  
**DE**  
**PAMPILHOSA DA SERRA**

**DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 13/11/2017**  
**(Contém folhas)**

**ATA Nº 24**

*Estiveram presentes os seguintes membros:*

<b>Presidente:</b>	José Alberto Pacheco Brito Dias	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Jorge Alves Custódio	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Carlos Manuel Nunes Alegre	(PSD)
<b>Vereador:</b>	Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé	(PSD)
<b>Vereador:</b>	João dos Santos Alves	(PSD)

*Faltaram os seguintes membros:*

**Presidente:**  
**Vereadores:**



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

**REUNIÃO DE 13/11/2017**

**ATA Nº 24**

----- Aos treze dias do mês de novembro do ano dois mil e dezassete, nesta Vila de Pampilhosa da Serra, no edifício dos Paços do Concelho e Sala de Reuniões, realizou-se a reunião ordinária da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra, sob a presidência do Exmo. Senhor José Alberto Pacheco Brito Dias, na qualidade de Presidente, estando presentes os Vereadores, Senhores Jorge Alves Custódio, Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, Carlos Manuel Nunes Alegre e João dos Santos Alves. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnico. -----

----- E sendo a hora designada para início dos trabalhos e verificando-se haver "quorum" para funcionamento do Órgão Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião. -----

----- A ata da reunião ordinária realizada no dia 30 de outubro de 2017 foi posta à votação, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

**I - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**

**1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA E DOS SENHORES VEREADORES**

**1.1.1 - INFORMAÇÕES DO SENHOR PRESIDENTE**

----- O Senhor Presidente informou o restante Executivo, que a Senhora Secretária de Estado da Justiça estará, nesta data, na Conservatória do Registo Predial de Pampilhosa da Serra, no âmbito da implementação do novo processo cadastral. -----

**1.1.2 - Despacho - Delegação e Subdelegação de Competências**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- Nos termos e ao abrigo do disposto do nº 2 do artigo 36º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, considerando as delegações de poderes efetuadas pela Câmara Municipal, delego no Senhor Vice-Presidente **Jorge Alves Custódio**, as minhas competências próprias e subdelego as que me estão delegadas, a fim de poder gerir e orientar os assuntos a seguir mencionados, por referência às áreas de gestão e aos serviços municipais respetivos:

**Pelouros:**

- *Coordenação Autárquica – Ligação às Freguesias*
- *Armazém e oficina de viaturas*
- *Saneamento e Abastecimento de Água*
- *Obras Municipais por Administração Direta*
- *Cemitérios*
- *Proteção Civil e Segurança*
- *Transportes e Comunicações*
- *Proteção do Meio Ambiente e Conservação da Natureza*
- *Promoção e desenvolvimento: Turismo e Floresta*

----- Delego na Senhora Vereadora **Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé**, as minhas competências próprias e subdelego as que me estão delegadas, a fim de poder gerir e orientar os assuntos a seguir mencionados, por referência às áreas de gestão e aos serviços municipais respetivos:

**Pelouros:**

- *Cultura, Bibliotecas e Museus*
- *Ação Social*
- *Educação*
- *Património Histórico*
- *Arquivo Municipal*
- *Saúde*
- *Promoção e desenvolvimento: Indústria/Comércio*

----- Delego no Senhor Vereador **Carlos Manuel Nunes Alegre**, as minhas competências próprias, a fim de poder gerir e orientar os assuntos a seguir mencionados, por referência às áreas de gestão e aos serviços municipais respetivos:

**Pelouros:**

- *Desporto*
- *Juventude*
- *Recreio de lazer*
- *Trânsito*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

## II - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

### 2.1 - CÂMARA MUNICIPAL

#### 2.1.1 - Regimento da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra

----- A Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, estatui na alínea a) do artigo 39º, que compete à Câmara Municipal, no âmbito do seu funcionamento, elaborar e aprovar o Regimento que defina o funcionamento da Câmara Municipal. -----

----- Assim, nos termos da aludida disposição legal, foi presente o Regimento que se encontra em vigor, aprovado em reunião ordinária de 25 de novembro de 2013, a fim de ser analisado e submetido a votação. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar para o novo mandato de 2017 a 2021.. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 2.1.2 - Coordenador Municipal de Proteção Civil - Criação de um lugar no Mapa de Pessoal

##### - Proposta do Senhor Presidente

----- Considerando que: -----

----- 1 - A Lei nº 65/2007, de 12 de novembro, vem definir o enquadramento institucional e operacional da Proteção Civil no âmbito municipal, estabelecendo a organização dos Serviços Municipais de Proteção Civil (SMPC) e determinar as competências do Comandante Operacional Municipal (COM); -----

----- 2 - Nos termos do 1 e 4 do artigo 13º do referido diploma, em cada Município há um Comandante Operacional Municipal (COM); -----

----- 3 - De acordo com o disposto no artigo 13º nº 4 da Lei nº 65/2007, de 12 de novembro, conjugado com o artigo 22º do Decreto-Lei nº 73/2013, de 31 de maio, a nomeação é feita de entre o universo de recrutamento que a lei define para os comandantes operacionais distritais, ou seja, de entre indivíduos, vinculados ou não à Administração Pública, que possuam licenciatura e experiência funcional adequadas ao exercício daquelas funções; -----

----- 4 - Os municípios têm que adaptar os seus serviços, por força do artigo 25º, da Lei nº 65/2007, de 12 de novembro, ao regime previsto no citado diploma legal, e consequentemente a nomeação do Comandante Operacional Municipal; -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- 5 - Nos termos da nova Lei de Bases da Proteção Civil - Lei nº 80/2015, de 03/08, o Comandante Operacional Municipal (COM) passou a ser designado de Coordenador Municipal de Proteção Civil (CMPC); -----

----- Deste modo, propõe-se a criação de um lugar de Coordenador Municipal de Proteção Civil (CMPC), no Mapa de Pessoal, para 2018, de forma a incluir esta categoria. -----

----- Não se encontra previsto um regime remuneratório específico para o exercício do cargo de Coordenador Municipal de Proteção Civil. De acordo com a circular 142/2008, de 12/12/2008, da ANMP: -----

----- *“Não estando previsto um regime remuneratório específico para o exercício deste cargo, naturalmente o mesmo deve ser fixado tendo em conta os requisitos exigidos no âmbito da área de recrutamento, conjugados com a realidade de cada município, seja em termos de dimensão e risco subjacente à área do próprio município, seja em termos da própria estrutura orgânica dos serviços municipais.* -----

----- *Ponderados os fatores referidos, e naturalmente a título de referência, afigura-se-nos que a remuneração a atribuir deverá corresponder à carreira técnica superior, num escalão acima da base, dada a experiência profissional exigida na área de recrutamento, por exemplo, índice 415, o qual corresponde ao vencimento de um técnico superior de 2ª classe, com, pelo menos, 3 anos na categoria.”* -----

----- Propõe-se assim, que a remuneração base seja a mesma da 3ª posição da carreira de Técnico Superior, que é equivalente à remuneração de um técnico superior de 2ª classe, em 2008, ou seja, 1.407,45 €. -----

----- Propõe-se, que a Câmara Municipal delibere a criação do lugar proposto e que este seja remunerado pelo valor de 1.407,45 €. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.1.3 - Informação do Sr. Consultor Jurídico, Dr. Pedro Pereira Alves - Sentença Judicial Proc. 521/14.8BECBR Autora: Oliveiras, S.A. - Réu: Município de Pampilhosa da Serra**

----- Foi presente uma Informação do Sr. Consultor Jurídico da Autarquia, Dr. Pedro Pereira Alves, a remeter cópia da sentença proferida pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Coimbra, sobre o processo em referência, em que é absolvido o Município de Pampilhosa da Serra. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

#### **2.1.4 - Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra - Solicita indicação de três representantes da Autarquia que integrarão o próximo Conselho Geral do Agrupamento**

----- Foi presente um ofício do Agrupamento de Escolas Escalada, Pampilhosa da Serra, a comunicar que irá decorrer o processo eleitoral do Conselho Geral do Agrupamento de Escolas, de Pampilhosa da Serra, iniciado no dia 06 de novembro, até dia 29 do corrente mês. Assim, deverá a Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra indicar três representantes da autarquia que integrarão o próximo Conselho Geral. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade nomear, para os devidos efeitos, a Senhora Vereadora Isabel Alexandra Lopes dos Santos Tomé, a Chefe de Divisão Sociocultural e Educativa, Cristina Paula Ventura Antunes e a Técnica Superior Cláudia Margarida Batista de Almeida. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **2.1.5 - Associação Nacional de Municípios Portugueses - XXIII Congresso da ANMP**

----- Foi presente um ofício da ANMP a remeter Convocatória, Programa, Regulamento e Instruções relativas ao processo de inscrição e participação no XXIII Congresso da ANMP, que se realiza no dia 9 de dezembro do corrente ano, em Portimão. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

### **3 - DIVISÃO FINANCEIRA**

#### **3.1 - SECÇÃO FINANCEIRA**

##### **3.1.1 - Resumo Diário de Tesouraria**

----- Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria respeitante ao dia 09 de novembro de 2017, que apresenta os seguintes valores / total de disponibilidades: -----

----- De operações orçamentais: 1.908.927,71 € (um milhão novecentos e oito mil novecentos e vinte e sete euros e setenta e um centavos); -----

----- De operações não orçamentais: 203.352,25 € (duzentos e três mil trezentos cinquenta e dois euros e vinte e cinco centavos), num total de 2.122.415,69 € (dois milhões cento e vinte e dois mil quatrocentos e quinze euros e sessenta e nove centavos).-----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### **3.1.2 - Cruz Martins & Associada, Lda - Informação Económica e Financeira Semestral**

----- Foi presente um ofício de Cruz Martins & Associados, Lda - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, a remeter Informação Económica e Financeira Semestral relativamente ao Município de Pampilhosa da Serra, prevista no artº 77, nº 2, d) da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. -----

----- A Câmara Municipal tomou conhecimento. -----

#### **3.1.3 - Fixação das Taxas de IMI para 2018**

----- Proposta do Senhor Presidente: -----

----- Considerando que a Câmara Municipal tem vindo a dotar o concelho de infraestruturas necessárias e proporcionar aos munícipes um desenvolvimento harmonioso e de bem-estar social; -----

----- Considerando que os recursos financeiros são limitados, a autarquia no âmbito das suas competências, deverá usar os meios disponíveis no quadro legal vigente, para suprir tais dificuldades; -----

----- Considerando a situação de dificuldades económicas com que vivem as famílias e os encargos resultantes das suas obrigações fiscais; -----

----- Atento o disposto na alínea a) do artigo 14º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, atenta na sua atual redação em vigor, que refere: -----

----- *"Constituem receitas dos municípios:* -----

a) *O produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), sem prejuízo do disposto na al. a) do nº 1 do art.º 23º [que menciona que constituem receitas das freguesias: a) o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos. (...)]* -----

----- (...) -----

----- Considerando o disposto no nº 1 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação que refere: -----

*"1 - As taxas do imposto municipal sobre imóveis são as seguintes:* -----

a) *Prédios rústicos: 0,8 %;* -----

b) *(Revogada) - art.º 204º da Lei nº 83-C/2013, de 31/12;* -----

c) *Prédios urbanos: de 0,3% a 0,45 % (Redação da Lei nº 7-A/2016, de 31/03)."* -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- E o disposto no nº 5 do mesmo art.º 112º do CIMI onde se lê: *“5 - Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro do intervalo previsto na alínea c) do nº 1, podendo esta ser fixada por freguesia.”*-

----- Nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º e para efeitos do disposto na alínea d), do nº 1 do art.º 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, **sugere-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal que fixe a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) sobre prédios urbanos, para aplicação no ano de 2018, em 0,3%:** -----

----- Mais propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos nºs 3 e 4 do art.º 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**3.1.4 - Proposta de Isenção Parcial relativamente à Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) nas zonas das Freguesias do Concelho, onde estão inseridos prédios urbanos com afetação industrial para 2017, a liquidar em 2018, como medida de combate à desertificação.**

----- Proposta do Senhor Presidente: -----

----- De acordo com o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3/09, atenta na sua atual redação em vigor, constituem receitas dos municípios (entre outros) o produto da cobrança do imposto municipal sobre imóveis (IMI), com a ressalva relativa a constituir receita das freguesias o produto da receita do IMI sobre prédios rústicos e uma participação no valor de 1% da receita do IMI sobre prédios urbanos. -----

----- Dispondo os municípios de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos a cuja receita tenham direito, podem conceder isenções e benefícios fiscais, através de deliberação fundamentada da assembleia municipal mediante proposta da câmara municipal. -----

----- Referindo o nº 2 do art.º 16º daquele diploma que *“A assembleia municipal pode, por proposta da câmara municipal, através de deliberação fundamentada que inclui a estimativa da respetiva despesa fiscal, conceder isenções totais ou parciais relativamente aos impostos e outros tributos próprios”*. -----





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

----- O nº 3 do mesmo artigo que *“Os benefícios fiscais referidos no número anterior devem ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade, não podendo ser concedidos por mais de cinco anos, sendo possível a sua renovação por uma vez com igual limite temporal.”*-----

----- Refere o nº 9 - *“Nos casos referidos no nº 2, o reconhecimento do direito à isenção é da competência da Câmara Municipal, no estrito cumprimento dos pressupostos fixados na deliberação da Assembleia Municipal.”*-----

----- Ora, de acordo com o elemento literal, para que os municípios concedam isenções, totais ou parciais, torna-se necessário que a lei defina os termos e condições para essa atribuição, estando pois essa concessão condicionada a tal pressuposto básico.-----

----- Assim, ao abrigo do disposto no número 6 do art.º 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI), na sua atual redação: -----

*“6- Os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, podem definir áreas territoriais, correspondentes a freguesias ou zonas delimitadas de freguesias, que sejam objeto de operações de reabilitação urbana ou combate à desertificação, e majorar ou minorar até 30% a taxa que vigorar para o ano a que respeita o imposto.* -----

----- Pelo que, -----

----- Considerando que o concelho de Pampilhosa da Serra sofre um preocupante fenómeno de desertificação com um impacto significativo na economia local; -----

----- Considerando que é fundamental a criação de dinâmicas de desenvolvimento económico que permitam a fixação de população e que a indústria é um instrumento fundamental e potenciador da criação de postos de trabalho e, consequentemente, de fixação de pessoas; -----

----- Considerando que o Município tem vindo há algum tempo a desenvolver um conjunto de esforços no sentido de captar investimentos e empresas para o concelho de Pampilhosa da Serra; -----

----- Nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º, para efeitos do disposto nas alíneas c) e d), do nº 1 do art.º 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, do nº 2 e 9º do artigo 16º do Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais e do nº 6 do artigo 112º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, **sugiro que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal que, nas zonas das freguesias do concelho, onde estão inseridos os artigos urbanos, com afetação industrial, identificados no anexo à presente proposta o qual contém também a estimativa da respetiva despesa fiscal, seja minorada em 30% a taxa do imposto municipal sobre imóveis que vier a ser fixada para 2017, a liquidar em 2018, relativa aos mesmos prédios urbanos, cumprido que seja o prazo estabelecido no nº 3 do art.º 16º do Regime Financeiro das Autarquias**



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

**Locais, como medida de combate à desertificação, no concelho de Pampilhosa da Serra.**-----

----- Mais proponho que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos n.ºs 3 e 4 do art.º 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.5 - Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)**

----- Proposta do Senhor Presidente: -----

----- Dispõe a Lei das Comunicações Eletrónicas (aprovada pela Lei nº 5/2004, de 10/02, na sua atual redação, no seu artigo 106º que: -----

“ [...] -----

2 – Os direitos e encargos relativos à implantação, passagem e atravessamento de sistemas, equipamentos e demais recursos das empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, dos domínios público e privado municipal podem dar origem ao estabelecimento de uma taxa municipal de direitos de passagem (TMDP), e à remuneração prevista no Decreto-Lei nº 123/2009, de 21 de maio, pela utilização de infraestruturas aptas ao alojamento de redes de comunicações eletrónicas que pertençam ao domínio público ou privativo das autarquias locais.-----

3 - A TMDP obedece aos seguintes princípios: -----

----- a) A taxa municipal de direitos de passagem TMDP é determinada com base na aplicação de um percentual sobre o total da fatura mensal emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do correspondente município; -----

----- b) O percentual referido na alínea anterior é aprovado anualmente por cada município até ao fim do mês de dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25/perct.. -----

4 – Nos municípios em que seja cobrada TMDP, as empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público em local fixo são as responsáveis pelo seu pagamento. -----

----- [...]” -----

----- Assim, considerando que o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (Lei nº 73/2013, de 3/09, atenta Declaração de Retificação nº 46-B/2013,



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

de 1/11) refere na al. n) do seu art.º 14º, atenta à sua última redação, que constituem receitas dos municípios (entre outras) "*Outras receitas estabelecidas por lei ou regulamento a favor dos municípios*"; nos termos do disposto na al. ccc), do nº 1 do artigo 33º e para efeitos do disposto na alínea b), do nº 1 do art.º 25º, ambos do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, sugere-se que a Câmara Municipal delibere propor à Assembleia Municipal a fixação do percentual relativo à **taxa municipal de direitos de passagem em 0,25%, a aplicar em 2018.** -----

----- Mais propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos nºs 3 e 4 do art.º 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.6 - Participação Variável no IRS

----- Proposta do Senhor Presidente: -----

----- Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 25º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais, na sua redação em vigor, e do disposto no artigo 26º daquela Lei, que refere: -----

----- "*1 - Os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável até 5 % no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, relativa aos rendimentos do ano imediatamente anterior, calculada sobre a respetiva coleta líquida das deduções previstas no n.º 1 do artigo 78.º do Código do IRS, deduzido do montante afeto ao Índice Sintético de Desenvolvimento Regional nos termos do n.º 2 do artigo 69.º.* -----

----- *2 - A participação referida no número anterior depende de deliberação sobre a percentagem de IRS pretendida pelo município, a qual é comunicada por via eletrónica pela respetiva câmara municipal à AT, até 31 de dezembro do ano anterior àquele a que respeitam os rendimentos.* -----

----- *3 - A ausência da comunicação a que se refere o número anterior, ou a receção da comunicação para além do prazo aí estabelecido, equivale à falta de deliberação e à perda do direito à participação variável por parte dos municípios.* -----

----- *4 - Nas situações referidas no número anterior, ou caso a percentagem deliberada pelo município seja inferior à taxa máxima definida no n.º 1, o produto da diferença de taxas e a coleta líquida é considerado como dedução à coleta do IRS, a favor do sujeito passivo, relativo aos rendimentos do ano imediatamente anterior àquele a que respeita a participação variável referida*



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

no n.º 1, desde que a respetiva liquidação tenha sido feita com base em declaração apresentada dentro do prazo legal e com os elementos nela constantes. -----

----- 5 - A inexistência da dedução à coleta a que se refere o número anterior não determina, em caso algum, um acréscimo ao montante da participação variável apurada com base na percentagem deliberada pelo município. -----

----- 6 - Para efeitos do disposto no presente artigo, considera-se como domicílio fiscal o do sujeito passivo identificado em primeiro lugar na respetiva declaração de rendimentos. -----

----- 7 - O percentual e o montante da participação variável no IRS constam da nota de liquidação dos sujeitos passivos deste imposto." -----

----- O percentual de participação do IRS de 2017, a liquidar em 2018, que se considera adequado ao equilíbrio financeiro do Município é de 5%. Assim sendo, **proponho a fixação da percentagem de 5% respeitante à participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Pampilhosa da Serra**, a qual carece de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do disposto na alínea ccc), do n.º 1 do artigo 33º e alínea c), do n.º 1 do artigo 25º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12/09. -----

----- Mais propõe que se solicite que a deliberação da Assembleia Municipal seja aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos, nos termos e com os fundamentos nos n.ºs 3 e 4 do art.º 57º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 3.1.7 - Código do Imposto Municipal sobre Imóveis (CIMI) N.º 6 - Artigo 112º-A

----- Proposta do Senhor Presidente: -----

----- Foi presente um ofício da Autoridade Tributária e Aduaneira - Direção de Serviços do Imposto Municipal sobre Imóveis, a comunicar que, com a publicação da Lei n.º 7-A/2016 de 30 de março, prevê o n.º 1 do artigo 112º-A do Código do IMI, a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, nos casos de imóvel destinado a habitação própria e permanente coincidente com o domicílio fiscal do proprietário, fixarem uma redução da taxa que vigorar no ano a que respeita o imposto, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do previsto no artigo 13º do Código do IRS, compõem o agregado familiar do proprietário a 31 de dezembro, de acordo com a seguinte tabela: -----



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

Nº de dependentes a cargo	Redução fixa em (€)	Número de Agregados
1	20	109
2	40	57
3 ou mais	70	5

----- Mais refere que, nos termos do nº 14 do artigo 112º do CIMI, a deliberação de redução da taxa do IMI pela Assembleia Municipal devem ser comunicadas à Autoridade Tributária e Aduaneira, por transmissão eletrónica de dados, até 31 de dezembro do ano a que o imposto se refere. (...)-----

----- Face ao exposto; -----

----- PROPONHO, que a Câmara Municipal delibere, de acordo com o proposto na tabela acima descrita e que a mesma seja remetida à Assembleia Municipal. -----

----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar e submeter à Assembleia Municipal. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.8 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra**

##### **- Pedido de apoio financeiro, no âmbito de atividades desenvolvidas pela Associação**

----- Foi presente um ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, com a refª 0541, datado de 09-11-2017, no qual refere, que durante o presente ano sofreu várias vicissitudes com especial repercussão na sua gestão e despesas de funcionamento, nomeadamente com os incêndios que deflagraram no concelho no último verão, em diversos equipamentos não abrangidos por qualquer mecanismo de compensação, de forma a poderem responder às necessidades básicas dos bombeiros e dos que os ajudaram; Refere ainda as diversas iniciativas ligadas ao turismo e à divulgação do nosso concelho, nomeadamente com a cedência das suas ambulâncias e instalações, sem qualquer contrapartida, promovidas pelo Município e a sua solicitação; bem como todas as despesas inerentes ao funcionamento das Escolinhas dos Bombeiros, nomeadamente com os transportes e refeições durante o verão, sem qualquer custo para os respetivos agregados familiares.-----

----- Tendo em conta o atrás exposto, vem solicitar ao Município a concessão de um apoio financeiro, no valor de 100.000,00 €, destinado a apoiar as despesas de exploração. -

----- A Câmara Municipal, depois de analisar e de acordo com a informação emitida



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

pelos serviços financeiros da Autarquia, deliberou por unanimidade conceder apoio financeiro no valor de 100.000,00 € à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, mediante protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.9 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra**

##### **- Pedido de apoio financeiro, no âmbito da segurança e vigilância das Praias Fluviais de Janeiro de Baixo, Pessegueiro, Santa Luzia e Pampilhosa da Serra**

----- Foi presente um ofício da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, com a refª 0542, datado de 10-11-2017, a comunicar que, à semelhança de anos anteriores, tendo em conta os resultados alcançados, conjugados com a sua vocação, também este ano asseguraram medidas de segurança e vigilância das Praias Fluviais de Janeiro de Baixo, Pessegueiro, Santa Luzia e Pampilhosa da Serra. Para o efeito, garantem diariamente a presença de 2 Nadadores Salvadores, devidamente certificados em cada uma daquelas Praias no horário compreendido entre 12.30h e as 19.00h. -----

----- Assim, tendo em conta o esforço financeiro suportado, vêm solicitar a atribuição de um subsídio no valor de 22.000,00 €, quantia entendida necessária para fazer face às citadas ações. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, de acordo com a Informação emitida pelos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder apoio financeiro à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, no valor de 22.000,00 €, para os citados fins, mediante Protocolo. ---

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **3.1.10 - Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra**

##### **- Programa Escolhas**

##### **- Pedido de apoio extraordinário**

----- Foi presente um ofício da Santa Casa da Misericórdia de Pampilhosa da Serra, com a refª 1432, datado de 02/11/2017, a solicitar à tesouraria do programa escolhas o apoio



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

extraordinário no valor de 7.000,00 €, para pagamento de vencimentos, subsídio de Natal e segurança social desde outubro a dezembro de 2017. -----

----- Refere que este pedido deve-se ao facto do referido programa ainda não ter procedido às transferências correspondentes, aos pedidos de reembolso solicitados, por falta de disponibilidade de verbas para o efeito. -----

----- Face ao exposto e depois de analisar, e tendo em consideração a Informação dos Serviços Financeiros da Autarquia, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade conceder o apoio financeiro de 7.000,00 €, para os citados fins, mediante Protocolo. -----

----- Mais deliberou conceder poderes ao Senhor Presidente para assinar. -----

----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### 4 - DIVISÃO ADMINISTRATIVA

##### 4.1 - SERVIÇOS JURÍDICOS

##### 4.1.1 - Afetação ao Domínio Público Municipal de uma parcela de terreno, atualmente pertencente ao artigo urbano inscrito na matriz predial da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo nº 3923

----- Foi presente uma Informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Tendo em consideração os elementos remetidos no e-mail subscrito pelo Sr. António Manuel de Castro Pereira, em representação da MEO – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A., Sociedade Anónima, com sede na Avenida Fontes Pereira de Melo, nº 40, 1069-300 Lisboa, bem como os existentes nesta Câmara, constatou-se que, da parcela de terreno cedida gratuitamente à Empresa Pública do Estado Correios e Telecomunicações de Portugal C.T.T., em 12 de dezembro de mil novecentos e oitenta e nove, apenas 73 m2 se encontram afetos à implantação do artigo urbano inscrito na matriz predial da Freguesia de Pampilhosa da Serra sob o artigo nº 3923, tendo o remanescente da área, sido integrada no domínio público Municipal para espaços de circulação. -----

----- Considerando que as estradas e os caminhos municipais pertencem ao domínio de circulação das autarquias locais e, portanto, ao domínio público do Município, a área remanescente do artigo urbano supra identificado, passou a integrar o domínio público municipal. -----

----- Assim, com vista à regularização de tal situação, junto das entidades competentes, sugere-se que a Câmara Municipal ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, atentas as alterações subsequentes em vigor), proponha à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*daquela parcela de terreno ao domínio público municipal, nos termos da alínea q) do nº 1 do artigo 25º, do diploma supra referido.-----*

----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade, ao abrigo do disposto na alínea ccc) do nº 1 do art. 33º do Regime Jurídico das Autarquias Locais (aprovado pela Lei nº 75/2013, de 12/09, atentas as alterações subsequentes em vigor), propor à Assembleia Municipal que a mesma delibere sobre a afetação daquela parcela de terreno ao domínio público municipal, nos termos da alínea q) do nº 1 do artigo 25º, do diploma supra referido. -----

----- Nos termos do disposto no nº 3 e nº 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

#### **4.1.2 – Vistoria ao Café / Bar denominado “Bar da Cal”, no âmbito do Protocolo celebrado entre o Município e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra**

----- Foi presente uma informação dos Serviços Jurídicos, do seguinte teor: -----

----- “ Considerando a reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada em 31/07/2017, em que foi deliberado apoiar a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, cedendo-lhe o uso gratuito e exploração do Café / Bar denominado “Bar da Cal”, localizado junto da albufeira de Santa Luzia, concelho de Pampilhosa da Serra, até ao dia 10/09/2017, permitindo-lhe a utilização de todos os bens móveis/equipamentos e utensílios, propriedade do Município, que se encontram no aludido espaço e que constam do Anexo I, que faz parte integrante do Protocolo de Colaboração, celebrado entre o Município e a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra em 04 de agosto de 2017. -----

----- Conforme o disposto no nº 2, da Cláusula Primeira (Objeto), no uso da cedência a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Pampilhosa da Serra, utilizou, pelo tempo de duração do Protocolo em questão, os bens móveis/equipamentos/utensílios, propriedade do Município, que se encontram no aludido espaço, constantes do Anexo I, que faz parte integrante do referido Protocolo. -----

----- Conforme ainda, o disposto na Cláusula Segunda (Prazo) do citado Protocolo, a cedência de exploração teve início em 04/08/2017 e cessou no dia 10/09/2017. -----

----- Atendendo ao termo da cedência e para cumprimento do nº1, da Cláusula Quarta (Restituição) do aludido Protocolo, a A.H.B.V.P.S. fica obrigada a restituir ao Município o bem imóvel limpo e devoluto de pessoas e bens, livre de quaisquer ónus ou encargos, bem como todos os bens móveis constantes do anexo I, em bom estado de conservação e funcionamento, ressalvadas as deteriorações inerentes a uma normal e prudente utilização. -----

----- Nesta sequência e por Despacho proferido pelo Senhor Presidente da Câmara em 26/09/2017, foi marcada a vistoria conjunta ao citado imóvel para o dia 10 de outubro de 2017,





## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

*pelas dez horas e trinta minutos, tendo sido notificado por carta registada com aviso de receção, o Senhor Presidente da Direção da A.H.B.V.P.S., por nossa referência nº 3503 em 28/09/2017, para comparecer no Café/Bar denominado "Bar da Cal", a fim de conjuntamente, ser verificado a vistoria aos bens móveis/utensílios, propriedade do Município, que se encontram no aludido espaço, constante do Anexo I, que faz parte integrante do Protocolo em questão, a ser restituída a posse do mesmo, bem como a entrega das respetivas chaves ao Município de Pampilhosa da Serra. (...)*

*----- Efetuada e terminada a vistoria, foi lavrado o Auto de Vistoria e Entrega de Estabelecimento em duplicado, anexo à presente informação. -----*

*----- Assim, em conformidade com o Auto de Vistoria informo que os bens constantes do Anexo I, que fazem parte integrante do Protocolo em questão, estavam em razoável estado de conservação, atendendo às deteriorações inerentes a uma normal utilização dos mesmos. -----*

*----- Pelos técnicos do Município não foram detetadas faltas, incorreções/e ou reparações a efetuar pela A.H.B.V.P.S. -----*

*----- À consideração superior." -----*

*----- Face ao exposto e depois de analisar, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar a receção e entrega do estabelecimento Café / Bar denominado "Bar da Cal". -----*

*----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----*

## 5 - DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL

### 5.1 - Venda de Bens - Produtos Agrícolas - Alienação de Azeitonas

*----- Foi presente uma informação da Divisão de Desenvolvimento Municipal, do seguinte teor: -----*

*----- Considerando que o Município de Pampilhosa da Serra é proprietária de olival na Vila; -----*

*----- Considerando que o Município não apanha a azeitona proveniente do seu olival, proponho que a apanha da azeitona seja alienada ao público em geral por um valor simbólico. -----*

*----- Junto segue a relação do olival propriedade do Município de Pampilhosa da Serra, assim como algumas Cláusulas Gerais que devem constar num regulamento, se o Senhor Presidente assim concordar. -----*

RELAÇÃO DO OLIVAL PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA



## MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA

### CÂMARA MUNICIPAL

Localização
Rua Rangel de Lima (Casa da Criança)
Junto aos antigos estaleiros Municipais
Da parte de cima do Mercado Municipal
Rua do Pombal
Junto à antiga Estação de Tratamento de Águas

#### CLÁUSULAS GERAIS

- 1 - O preço da adjudicação será o que resultar da melhor oferta acima dos 5,00 € (cinco euros). -----
  - 2 - Os interessados deverão demonstrar a intenção pela apanha, recolha e alienação da azeitona, proveniente das oliveiras identificadas no quadro supra, através de proposta por carta fechada, entregue até às 16:30 horas, do dia 24 de novembro, do corrente ano, na Secretaria da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----
  - 3 - A abertura das propostas terá lugar no dia 27 de novembro de 2017, pelas 16:00 horas, no Salão Nobre da Câmara Municipal de Pampilhosa da Serra. -----
  - 4 - O pagamento do preço global da alienação do bem supra identificado será efetuado do seguinte modo: - 100% no ato da adjudicação. -----
  - 5 - Na Secretaria da Câmara Municipal poderá ser consultado o processo ou obtidos quaisquer esclarecimentos, referentes ao bem supra identificado, até à data de entrega das propostas. -----
  - 6 - As oliveiras identificadas no quadro supra encontram-se devidamente assinaladas no local, com o símbolo "MPS". -----
  - 7 - A Câmara Municipal reserva-se o direito de não alienar a azeitona proveniente das oliveiras acima identificadas, caso entenda que os interesses do Município não estão devidamente salvaguardados. -----
- Proponho ainda que a Comissão de Abertura e Análise das propostas / Júri, seja constituída por: -----
- **Presidente:** Jorge Alves Custódio - Vice-Presidente da Câmara Municipal; -----
- **Vogal:** Sandra Sofia Miguel Chora - Chefe de Divisão Desenvolvimento Municipal; -----
- **Vogal:** Maria Eugénia Bernardo Mota Pereira - Técnica Superior de 2ª Classe - Jurista; -----
- **Vogais Suplentes:** Anabela Martins e Nuno Almeida. -----
- Ao Júri compete ordenar as propostas, apreciá-las, e submeter a melhor proposta tendente à apanha, recolha e alienação de azeitona proveniente do olival, propriedade do Município. -----



**MUNICÍPIO DE PAMPILHOSA DA SERRA**  
**CÂMARA MUNICIPAL**

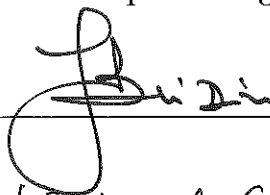
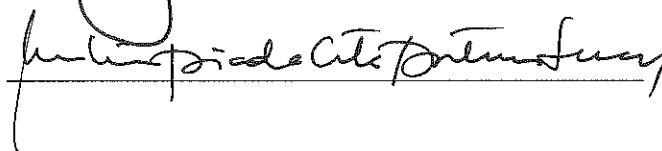
- A divulgação da Alienação da Azeitona será feita através de Edital.-----  
----- À consideração superior. -----  
----- A Câmara Municipal, após análise, deliberou por unanimidade aprovar. -----  
----- Nos termos do disposto no n.º 3 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, a Câmara Municipal deliberou por unanimidade aprovar em minuta. -----

**6 - DIVISÃO TÉCNICA DE OBRAS E URBANISMO**

**7 - DIVISÃO SÓCIO CULTURAL E EDUCATIVA**

**ENCERRAMENTO**

----- Não havendo outros assuntos a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, quando eram onze horas e trinta minutos, pelo que de tudo e para constar se lavrou a presente ata, que depois de lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelo Sr. Presidente, José Alberto Pacheco Brito Dias e por mim, Maria Olímpia da Costa Antunes Lucas, Assistente Técnica que a redigi e subscrevi. -----

  
\_\_\_\_\_  
  
\_\_\_\_\_